

MESZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

Alexandre Alves Bezerra¹⁷

Submetida em: dezembro de 2012.

Aprovada em: março de 2013.

Este livro, pelo que propõe, já surge como um clássico indispensável a quantos se interessam pelas questões educacionais contrárias aos modismos economicistas, as reformas apressadas e superficiais em curso no Brasil e em outros países da América Latina. É, pois, leitura obrigatória para estudantes de cursos superiores, sobretudo aqueles ligados à formação de professores. Ainda que possamos afirmar que, entre estes estudos, muitos são de cunho crítico, e às vezes até denunciativo e contestatório, é clara a lacuna de perspectiva de mudança nesses trabalhos. Temos a impressão de que se formulou um falso consenso em torno da defesa da educação pública e gratuita para todos, o que tem encoberto diferenças de concepção de mundo e de projetos educacionais, ou até mesmo se negam tais diferenças. O debate sobre o novo modelo de regulação das políticas educativas no Brasil e na América Latina tem desvelado um projeto de organização e controle da educação de massificação do ensino, sendo ainda portador de uma lógica ambivalente: ao mesmo tempo que forma a força de trabalho exigida pelo mercado (capital) nos padrões atuais de qualificação, disciplina-se a pobreza crescente, condenada a uma vida sem futuro.

Neste contexto, o livro *A educação para além do capital*, escrito pelo professor emérito da Universidade de Sussex, Istvan Mészáros, apresenta-se como contribuição singular, fala como um educador que se identifica como todos os outros que acreditam na educação como possibilidade de mudança. Produzido na forma de ensaio para a conferência de abertura do Fórum Mundial de Educação, realizado em Porto Alegre, em julho de 2004. O brilhante filósofo, em poucas linhas (o livro contém 80 páginas) dá a todos os educadores latino-americanos uma rica lição sobre o papel da educação. Em texto conciso e muito claro, Mészáros discorre sobre o papel da educação e suas possibilidades de contribuir na mudança social, bem como na manutenção da sociedade.

Contudo relativiza o papel que a educação tem no processo de mudança social. Procura demonstrar que a educação, por si só, não é capaz de transformar a sociedade rumo à emancipação social. Talvez pelo fato de ter sido uma comunicação dirigida a um auditório particular, tem estilo mais suave e acessível do que, por exemplo, em sua obra mais erudita:

¹⁷Licenciado em Filosofia e Sociologia (UFPR). Professor Sociologia do Colégio Marista de Curitiba. E-mail: abezerra40@yahoo.com.br.

“Marx: a teoria da alienação” (Jorge Zahar, 1979). Além disso, a edição do seu ensaio no Brasil apresenta-se, primorosamente, prefaciada pelo Professor Emir Sader e vem acompanhada dos comentários de orelha escrito pelo Professor Gaudêncio Frigotto.

Nesta obra, Mészáros, com a sabedoria de seus longos anos de estudos, tem como ponto de partida e de antecipação de suas reflexões três epígrafes de Paracelso, José Martí e Karl Marx. Enfatiza ser urgente “uma mudança que nos leve para além do capital, no sentido genuíno e educacionalmente viável do termo” (p.25).

O que Mészáros nos propõe, desta vez, é a necessidade essencial de ultrapassarmos os “limites das mudanças educacionais radicais, feitas às margens corretivas interesseiras do capital” (p.27), como condição para uma transformação social qualitativa e a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (p.27). Ele argumenta que as propostas de reformas educacionais de Adam Smith e Robert Owen, por exemplo, embora estivessem revestidas de genuínas preocupações humanitárias ou se apresentassem como remédios contra os “efeitos alienantes e desumanizantes do poder do dinheiro e da procura do lucro”. (p.34), ambas, em sua perspectiva, não escapariam “a auto-imposta camisa-de-força das determinações causais do capital (p.35). De fato, ambas avançam pouco, fazendo propostas do ponto de vista do capital. Smith, segundo Mészáros, preocupa-se com o tempo de lazer dos jovens de seu século, quando se divertem na” intemperança e na libertinagem” (p.29); entretanto deixa de chegar às causas de tais divertimentos ou propor algo que pudesse romper núcleo alienante do sistema capitalista.

Owen, por sua vez, chama a atenção para a ferocidade do caráter dos jovens trabalhadores que vivem no “erro e na ignorância” e propõe que sejam educados com base na razão e no esclarecimento. Segundo Mészáros, ele, da mesma forma que Smith, não tem condições de superar os efeitos alienantes e desumanizantes do capitalismo. Daí é que nosso autor defende soluções essenciais e não meramente formais, pois considera que as determinações capitalistas afetam profundamente “cada âmbito particular com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais.” (p.43).

Para o autor, “*educação*, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos, da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de condutas “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno” (p.44). Aqui não devemos ler internalização como processo de inculcação ideológica. Na realidade, Mészáros está falando de um processo complexo, em

que a educação é parte. Processo que envolve a necessidade, por parte do capital, de manutenção ativa dos trabalhadores e, neste aspecto, é inegável a influência de Gramsci sobre suas idéias:

Enquanto a internalização conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas), posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores, como de fato aconteceu no decurso de desenvolvimento capitalista moderno. (p.44)

Seria a mesma noção deixada por Gramsci: a hegemonia repousa sob a armadura da coerção. Para Mézaros a universalização da educação, tema tão freqüente nos discursos reformistas da educação a partir dos anos 90; só poderá ocorrer com a universalização do trabalho, pois tais dimensões têm caráter indissociável. Como então pensar reformas educacionais em uma realidade de crescente desemprego e concentração de renda? É por meio do esforço intelectual de procurar demonstrar que a mudança social requer o rompimento com determinadas estruturas que o autor vai conceber o caráter limitado das reformas, ao mesmo tempo que vai insistir na necessária distinção entre mudanças formais e essenciais.

Prosseguindo, advoga Mézaros que a chave mestra para nos evadirmos desta formidável prisão é o confronto e a alteração fundamental de “*todo* o sistema de *internalização*, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas” (p.47). Em sua perspectiva isto impõe um rompimento com a lógica do capital na área educacional, substituindo-se as suas enraizadas formas de internalização por alternativa concreta abrangente.

As reformas educacionais essenciais, em sua proposta, precisam, portanto, ser profundas de modo a envolver a totalidade das práticas pedagógicas da sociedade, partindo-se do princípio que as instituições formais de educação, responsáveis pelo sistema global de internalização, não se restringem às escolas. Por essa razão, seu livro se intitula *A educação para além do capital*. Aqui ele não se limita a discutir conteúdos programáticos das reformas em cursos, mas propõe-se a fazer uma genealogia, ainda que breve, da reforma e da educação. Propõe um debate que nos incita a procurar desvelar os reais motivos e interesses das reformas educacionais. E afirma, assim que: as mudanças, sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução. (p.25)

Isto porque as determinações fundamentais do sistema do capital são irreformáveis;

por isso há necessidade de se pensar a educação para além do capital. Somente “a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical” (p.48), capaz de nos proporcionar instrumentos contrários à lógica mistificadora do capital.

Ao nos advertir que “limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar; de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa” (p.35) e ao insistir que “é por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consciente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a serem inventados, e que tenham o mesmo espírito” (p.35).

Cabe-nos como a tarefa inadiável e intransferível, em suas recomendações, reivindicar coletivamente uma educação plena para toda a vida, porque, afinal, “a aprendizagem é a nossa própria vida” (p.35) e sem ela deixarmos de desenvolver nossas personalidades e graus de estima. Para tanto se torna igualmente essencial manter sob controle o estado político hostil, realizar a *transformação progressiva da consciência* (p.65) como condição de mudança das determinações objetivas de reprodução, universalizar a educação e o trabalho como atividade humana auto-realizadora e, por fim, assegurar sua sustentabilidade, isto é, o controle consciente dos processos sociais capazes de garantir os recursos à educação no sentido mais amplo do termo.

Podemos tomar suas palavras como uma provocação ou um estímulo, quem sabe um convite a assumirmos nossa condição de sujeitos, capazes de escrever nossa história, ainda que a retórica pós-moderna negue a autoridade de certos argumentos, por não poder conviver com eles. Como ele mesmo nos observa:

A recusa reformista em abordar as contradições do sistema existente em nome de uma presumida legitimidade de lidar apenas com as manifestações particulares – ou, nas suas variações “pós-modernas”, a rejeição apriorística das chamadas grandes narrativas em nome de petits récits idealizados arbitrariamente – é na realidade apenas uma forma peculiar de rejeitar, sem uma análise adequada, a possibilidade de se ter qualquersistema rival, e uma forma igualmente apriorística de eternizar o sistema capitalista. (p.62-63)

A necessidade imperiosa de, neste momento, se pensar a educação para além do capital faz desse importante ensaio uma contribuição espetacular no debate educacional; mas, mais que isso, é convite a outra forma de pensar e conceber o mundo, uma pérola que somente um filósofo da estatura de Istvan Mészáros poderia oferecer.